

## **4ª Oficina para Implementação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e Agência de Água na bacia do rio Doce**



### **RELATÓRIO DA 4ª OFICINA: RESUMO E CONCLUSÕES DOS TRABALHOS**

**Moderador: Luiz Augusto Bronzatto**

**Ouro Preto, 25 e 26 de agosto de 2010**

## Sumário

I. Apresentação .....	2
II. A dinâmica da oficina e as discussões realizadas: breve relato .....	3
III - Encaminhamentos .....	27
IV – Anexos .....	28

“Onde quer que haja mulheres e homens,  
há sempre o que fazer,  
há sempre o que ensinar,  
há sempre o que aprender”  
Paulo Freire.

## **I. Apresentação**

A 4ª Oficina para implementação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce foi realizada nos dias 25 e 26 de agosto de 2010, na cidade de Ouro Preto/MG. O público da Oficina, mais uma vez, foi bastante diversificado, paciente e colaborativo para o alcance do objetivo traçado, qual seja: aprofundar o debate sobre cobrança e agência na bacia, envolvendo representantes dos segmentos que atuam no sistema de recursos hídricos e dos comitês existentes na supracitada bacia. No dia 25 de agosto foi registrada a presença de 47 pessoas, enquanto no dia 26 participaram 46 pessoas, conforme demonstra o Anexo I (Lista de presença).

Esta oficina foi realizada após a celebração, em março de 2010, do Acordo de Cooperação Técnica para a Gestão Integrada das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, também chamado de Pacto das Águas, envolvendo os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, os Comitês de Bacias Hidrográficas com atuação na Bacia do Doce, além da ANA. Vale destacar que, com a finalidade de acompanhar a execução do referido Pacto, foi instituído o Grupo Técnico de Articulação Institucional – GTAI, composto por representantes de cada signatário e coordenado por um representante do CBH-Doce.

Dentre as metas estabelecidas no Pacto das Águas, quatro estão relacionadas com a implementação da cobrança pelo uso da água (envolvendo mecanismos gerais e valores) e da agência (envolvendo personalidade jurídica, estrutura e normas de funcionamento) na bacia do Doce. Desta forma, a Oficina visou ainda colaborar para a busca das metas pactuadas.

A fim de buscar o alcance dos objetivos propostos, foram realizadas apresentações (Anexo II) abordando: i) os temas tratados nas oficinas

anteriores; ii) a rodada de reunião com os comitês que atuam na bacia para nivelar sobre a cobrança e a agência; iii) os resultados da 3ª reunião do GTAI, realizada em Aimorés/MG; iv) a cobrança pelo uso da água e agências de bacia e v) objetivos, competências e estrutura da Agência de Águas. Além disso, foram realizadas discussões em grupos e na plenária, sempre buscando envolver todos os participantes.

O presente relatório descreve, de forma sucinta, os trabalhos, os debates e as conclusões encaminhadas durante a oficina. Além disso, traz o resultado das avaliações desenvolvidas por meio do questionário aplicado (Anexo III) e a Nota Técnica produzida pela ANA que apresenta quatro cenários sobre a cobrança pelo uso da água na bacia (Anexo IV) para subsidiar as discussões. Vale destacar que a Nota Técnica em questão foi encaminhada a todos os participantes após a Oficina. Desta forma, busca-se clarificar as bases técnicas e conceituais utilizadas para se traçar os cenários de cobrança pelo uso da água e contribuir para o avanço das discussões desse importante instrumento de gestão.

Por solicitação dos participantes, foi alterada a programação original e a próxima oficina será realizada nos dias 06 e 07 de outubro de 2010, em Colatina/ES.

## **II. A dinâmica da oficina e as discussões realizadas: breve relato**

A Oficina buscou abordar, em momentos distintos, os temas cobrança pelo uso da água e agência de bacia, conforme programação abaixo, repassada aos convidados.

### **Dia 25/08/2010**

08:30 - 09:00: Credenciamento e entrega de material.

09:00 - 10:00: Abertura, apresentação dos resultados das três oficinas anteriores, da 1ª rodada de reuniões nos Comitês com atuação na Bacia

Hidrográfica do Rio Doce, da Oficina do GTAI e exposição da metodologia da 4ª oficina.

10:00 - 12:00: Apresentação da ANA sobre valores de cobrança (intervalo previsto para 10:30).

12:00 - 14:00: Almoço.

14:15 - 18:00: Discussões sobre valores de cobrança para a Bacia Hidrográfica do Rio Doce (intervalo previsto para 16:00).

18:00 – 19:00: Reunião do GTAI.

### **Dia 26/08/2010**

08:30 - 10:00: Apresentação da ANA sobre Agência de Bacia: objetivos, competências e estrutura.

10:00 - 12:00: Discussões sobre objetivos, competências e estrutura da Agência de Águas (intervalo previsto para as 10h30min).

12:00 - 14:00: Almoço.

14:15 - 17:30: Continuação das discussões sobre objetivos, competências e estrutura Agência de Águas (intervalo previsto para as 16h).

17:30 - 18:00: Encerramento.

Abaixo segue o relato dos trabalhos realizados, as conclusões e encaminhamentos.

### **Os trabalhos do 1º dia**

Após o credenciamento dos participantes foi realizada a abertura do evento, contando com a participação dos seguintes representantes: Patrick Thomas (ANA), Luíza de Marilac (IGAM), Leonardo Leptulski e Joema Alvarenga e (CBH-Doce), conforme ilustra a Figura II.1.



**Figura II.1: Cena da abertura da oficina**

Os representantes abordaram em suas falas o avanço das discussões sobre cobrança e agência na bacia do Doce, os desafios que ainda devem ser superados e o rico processo em andamento, prezando a participação e o envolvimento dos vários setores que atuam na gestão das águas na bacia do Doce.

Na sequência, os participantes se apresentaram e em seguida o moderador realizou um breve resgate sobre as oficinas anteriores, abordando seus objetivos e resultados. Além disso, foi apresentada a grade do evento e a metodologia proposta. Na sequência, o coordenador da Unidade Administrativa Regional da ANA na Bacia do Doce, Ney Murtha, relatou sobre a rodada de reuniões nos comitês mineiros e capixabas para discutir a implantação do instrumento da cobrança, mais especificamente sobre os Mecanismos de Cobrança. Na oportunidade, Murtha apresentou os objetivos das reuniões, a agenda, o público participante e as principais conclusões que estão expostas na apresentação transcrita no Anexo II. O representante do IGAM, Sérgio Leal solicitou a palavra para informar que o Instituto realizou nova rodada de reuniões em todos os comitês mineiros visando reforçar os debates em torno dos temas.

Dando sequência, a coordenadora do GTAI, Joema Alvarenga, relatou os principais encaminhamentos da última reunião do Grupo, ressaltando sua ampliação, passando a ser composto por 3 representantes de cada comitê com atuação na bacia, sendo um de cada segmento. Na ocasião foi indagado à coordenadora qual o real papel do GTAI e exposta a preocupação do Grupo tomar decisões que são afetas aos comitês. Joema reforçou que o Grupo possui um papel de articulação, buscando envolver os comitês nas discussões com vistas a ampliar a legitimidade nas tomadas de decisão sobre a cobrança e a agência. Ressaltou ainda que compete aos comitês as tomadas de decisão sobre os temas em questão. O moderador lembrou a todos os participantes que na programação havia um espaço para o GTAI se reunir e que estas e outras questões poderiam ser ali debatidas, não comprometendo assim a programação da Oficina. Neste sentido, foi sugerido que no início das atividades da manhã seguinte fossem apresentados os encaminhamentos da reunião do GTAI. Os participantes concordaram com a proposta e a pauta foi retomada.

O Gerente de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos da ANA, Patrick Thomas, fez apresentação sobre o tema com foco a bacia do Doce (Figura II.2). Num contexto inicial foram resgatados os passos para a implantação da cobrança e os acordos formais estabelecidos na bacia, como o Pacto das Águas. Em seguida, foram abordadas as condicionantes legais sobre a cobrança relacionadas à Legislação Federal e a dos estados envolvidos (MG e ES), para então resgatar o Plano da Bacia com os programas e seus respectivos prazos e valores associados.



**Figura II.2: Apresentação sobre a cobrança pelo uso da água na bacia do rio Doce**

Ficou evidenciado que, de acordo com o Plano e no horizonte de 10 anos, devem ser aplicados na bacia recursos na ordem de R\$1.344.880.645,00, sendo que cerca de 90% desse valor correspondem a programas relacionados a saneamento ambiental. Ao considerar o primeiro plano de aplicação quadrienal, os recursos necessários seriam da ordem de R\$892.587.114,00, sendo que a porcentagem de recursos destinados aos programas de saneamento ambiental também corresponde a cerca de 90% do montante acima descrito. O valor anual necessário (considerando os quatro primeiros anos) para a implementação do Plano da Bacia foi calculado em **R\$223.146.779,00**.

Na sequência foram demonstradas as estimativas de receitas para a bacia considerando o Orçamento Geral da União (recursos previstos e executados) e os Fundos Estaduais de Recursos Hídricos, ambas as fontes de receitas não onerosas. Vale destacar que para a primeira fonte (OGU) estimou-se os valores para a bacia do rio Doce através de rateio dos recursos por área ou população da bacia em relação ao País/Região/Estado; enquanto que para a segunda fonte (Fundos Estaduais) adotou-se:

- i) os valores realizados pelo Fundágua 2008/2009 e pelo Fhidro 2009,
- ii) um rateio dos recursos por área da bacia em relação ao Estado, e
- iii) que os valores repetiriam nos anos seguintes.

Desta forma concluiu-se que a possibilidade de arrecadação da bacia, considerando no caso da OGU os recursos executados, corresponde a R\$994.374.204,00 para um período de 10 anos e R\$403.952.236,00 para um período correspondente aos quatro primeiros anos; ou seja: **R\$100.988.050,00 por ano**. A diferença anual entre o valor necessário para se implantar o planejamento quadrienal (R\$223.146.779,00) e a possibilidade de arrecadação por meio das fontes acenadas (R\$100.988.050,00) é de **R\$122.158.719,00**.

Portanto, desconsiderando a capacidade de uma agência eficiente buscar outras fontes de recursos e de ocorrer aumento nos orçamentos trabalhados, concluiu-se que *“apesar dos recursos planejados e executados na bacia do rio Doce serem significativos, seu montante é insuficiente para atender todas as necessidades do PIRH-Doce”*.

Estas informações configuraram-se as bases para o estabelecimento de 4 cenários relacionados à cobrança na bacia.

Vale destacar que no decorrer da apresentação os participantes realizaram uma série de indagações e solicitações de esclarecimentos. Representantes do setor usuário manifestaram insatisfação em relação à forma de apresentação das conclusões preliminares, onde foi destacado que “para que os programas previstos no PIRH-Doce sejam executados nos prazos aprovados pelo CBH-Doce, o déficit apurado deve ser suprido com recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos ou outras fontes a serem definidas”.

Segundo exposto, esta afirmação restringiu a análise e induziu o pensamento que caberá aos usuários o rateio da parcela faltante para a implantação dos programas do Plano. Além disso, outros fatores importantes para ampliar a análise, como maior agilidade para o empenho dos recursos existentes e para aumentar as fontes, não foram devidamente abordadas. Em resposta foi dito que a intenção não era conduzir o pensamento dos participantes a tal leitura e que no decorrer da apresentação estas questões seriam mais bem elucidadas.

Foi ainda apontado por representante do setor usuário que há outra lógica para se chegar à fórmula dos valores a serem aplicados na bacia, tal como iniciando as discussões pela real capacidade de pagamento e arrecadação por meio da cobrança e, a partir daí, traçar um plano de aplicação para execução dos programas estabelecidos. No calor da discussão, foi dito que as ações iniciais para se estabelecer os programas previstos no PIRH-Doce correspondem, basicamente, a elaboração de projetos e não intervenções relacionadas à obra ou aquisição de bens duráveis (equipamentos). Portanto, nessa perspectiva, o Plano não se configura ousado. Além disso, foi relatado que partir de projetos já elaborados poderia facilitar a busca por recursos.

Outro aspecto elucidado nas discussões foi em relação ao pagamento pelo setor agropecuário, pois segundo argumentado, os produtos finais do setor correspondem a commodities e o valor pago à cobrança pelo uso da água não é repassado automaticamente para o consumidor final, como no caso das tarifas de saneamento. Em resposta foi dito que os mecanismos de cobrança apontam para valores até 20 vezes inferior aos demais setores, algo que se configura uma ampla vantagem comparativa.

Após esse debate, Patrick retomou a palavra e apresentou os 4 cenários estabelecidos.

- **Cenário 0 (zero):** os Comitês com atuação na Bacia do Rio Doce estariam dispostos a contribuir com 100% da diferença entre os custos do PIRH-Doce e as receitas da Execução Orçamentária mais as dos Fundos de Recursos Hídricos;
- **Cenário 1:** no que se refere aos chamados Programa 11 e ao Programa 41 (relativos a saneamento) do PIRH-Doce, os Comitês com atuação na Bacia do Rio Doce estariam dispostos a contribuir com somente até 25% dos seus custos<sup>1</sup>;
- **Cenário 2:** no que se refere ao Programa 11 e Programa 41 (saneamento) do PIRH-Doce, os Comitês com atuação na Bacia do Rio

---

<sup>1</sup> Adotou-se que seria necessário proporcionar com a cobrança 25% das intervenções previstas para o setor de saneamento, sendo 5% para elaboração dos seus projetos e 20% para contrapartida.

Doce estariam dispostos a contribuir com uma contrapartida de até 25% dos valores obtidos na Execução Orçamentária para estes programas; e

- **Cenário 3:** os Comitês com atuação na Bacia do Rio Doce não estariam dispostos a contribuir para implementação do Programa 11 e do Programa 41 (saneamento) do PIRH-Doce.

Na sequência foi apresentada a necessidade de arrecadação para cada um dos cenários traçados e, inclusive, os valores que deverão ser pleiteados por meio de outras fontes para a implantação na íntegra do PIRH nos quatro primeiros anos em relação a cada cenário.

As tabelas abaixo, retiradas da apresentação, trazem os valores calculados.

<b>Necessidade de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - Planejamento Quadriannual</b>				
				valores em R\$1,00
<b>Período</b>	<b>Cenário 0</b>	<b>Cenário 1</b>	<b>Cenário 2</b>	<b>Cenário 3</b>
<b>Total em 4 anos</b>	488.634.878	231.497.807	123.848.898	58.039.242
<b>Annual por 4 anos</b>	122.158.719	57.874.452	30.962.224	14.509.811

Cenário 0: 100% da diferença entre PIRH-Doce e a Execução Orçamentária + Fundos.  
 Cenário 1: Considerando para P11 e P23 (saneamento) somente 25% dos valores previstos no PIRH-Doce.  
 Cenário 2: Considerando para P11 e P23 (saneamento) somente 25% dos valores obtidos para a Execução  
 Cenário 3: Não considerando valores para P11 e P23 (saneamento).

<b>Necessidade de Recursos (cobrança + outras fontes) - Planejamento Quadriannual</b>				
				valores em R\$1,00
<b>Recursos</b>	<b>Cenário 0</b>	<b>Cenário 1</b>	<b>Cenário 2</b>	<b>Cenário 3</b>
<b>Cobrança</b>	<b>122.158.719</b>	<b>57.874.452</b>	<b>30.962.224</b>	<b>14.509.811</b>
<b>Outras Fontes</b>	<b>-</b>	<b>64.284.268</b>	<b>91.196.495</b>	<b>107.648.909</b>

Dando sequência foram apresentados os preços públicos unitários calculados para cada um dos cenários traçados e o potencial de arrecadação, conforme apresenta a tabela a seguir.

#### Preços Públicos Unitários calculados para cada Cenário

	<b>Cenário 0</b>	<b>Cenário 1</b>	<b>Cenário 2</b>	<b>Cenário 3</b>
<b>PPU<sub>cap</sub> (R\$/m<sup>3</sup>)</b>	0,136	0,065	0,035	0,016
<b>PPU<sub>lanç</sub> (R\$/Kg)</b>	0,635	0,301	0,160	0,080
<b>PPU<sub>transp</sub> (R\$/m<sup>3</sup>)</b>	0,136	0,065	0,035	0,016
<b>Potencial de arrecadação (R\$/ano)</b>	122.057.420	58.190.062	31.268.711	14.581.307

De acordo com os valores de referência para cada um dos cenários, descritos nas tabelas acima, foi analisada a viabilidade financeira da agência da bacia, partindo do modelo descrito no PIRH-Doce e do pressuposto legal (Lei 9.433/97) de que o custeio da agência é limitado a 7,5% do valor arrecadado pela cobrança pelo uso da água. Vale destacar que o custo da agência na sua etapa final, de acordo com o modelo descrito no PIRH-Doce (que se encontra em discussão), deverá corresponder a **R\$2.175.000,00**. A tabela abaixo traz os valores calculados.

**Arrecadação em rios de domínio da União e em MG<sup>2</sup>**

Área de Atuação	Potencial de Arrecadação			
	Cenário 0	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
<i>Domínio ES</i>	-	-	-	-
<i>Domínio MG</i>	33.333.297	15.849.544	8.498.334	4.045.572
<i>Domínio da União</i>	85.624.194	40.863.485	21.977.057	10.164.140
<b>Total</b>	<b>118.957.491</b>	<b>56.713.029</b>	<b>30.475.390</b>	<b>14.209.711</b>
Recursos para a Agência de Bacia				
<b>Percentual 7,5%</b>	<b>8.921.812</b>	<b>4.253.477</b>	<b>2.285.654</b>	<b>1.065.728</b>

Portanto, os valores arrecadados nos cenários zero, um e dois são suficientes para a manutenção da agência da bacia na sua etapa final e insuficientes no cenário 3. Vale destacar que a partir de modificações em relação à proposta de modelo do PIRH-Doce para a Agência, os valores requeridos para o seu funcionamento poderão ser alterados.

A seguir, Patrick apresentou o impacto da Cobrança sobre os usuários, considerando o setor do saneamento, agricultura irrigada, criação de animais, indústria, mineração e também a referente à transposição de águas. Após percorrer todos esses temas, foram apresentadas as principais conclusões, quais sejam:

- Como a bacia hidrográfica é a unidade territorial de planejamento, constitui-se boa prática de gestão que todos os usos de recursos hídricos na bacia sejam cobrados simultaneamente, independentemente do

<sup>2</sup> Vale destacar que a implementação da cobrança em rios de domínio do ES não alteraria esta análise.

domínio das águas onde é realizado o uso, com mecanismos e valores de cobrança simplificados e harmonizados.

- Apesar dos recursos planejados e executados via orçamento público e fundos de recursos hídricos na bacia do rio Doce serem significativos, seu montante é insuficiente para atender todas as necessidades do PIRH-Doce.
- Dos cerca de R\$ 900 milhões necessários para os primeiros quatro anos do PIRH-Doce, cerca de R\$ 400 milhões podem ser obtidos do OGU (R\$ 384 milhões) e dos fundos estaduais de recursos hídricos (R\$ 20 milhões).
- O déficit de cerca de R\$ 500 milhões é a necessidade de arrecadação quadrienal com a cobrança ou outras fontes, que equivalente a cerca de R\$ 125 milhões anuais.
- Os preços públicos unitários, considerando cenários alternativos, são:

	Cenário 0	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
<b>PPU<sub>cap</sub> (R\$/m<sup>3</sup>)</b>	0,136	0,065	0,035	0,016
<b>PPU<sub>lanç</sub> (R\$/Kg)</b>	0,635	0,301	0,160	0,080
<b>PPU<sub>transp</sub> (R\$/m<sup>3</sup>)</b>	0,136	0,065	0,035	0,016
<b>Potencial de arrecadação (R\$/ano)</b>	122.057.420	58.190.062	31.268.711	14.581.307

Cenário 0: 100% da diferença entre PIRH-Doce e a Execução Orçamentária + Fundos.

Cenário 1: Considerando para P11 e P23 (saneamento) somente 25% dos valores previstos no PIRH-Doce.

Cenário 2: Considerando para P11 e P23 (saneamento) somente 25% dos valores obtidos para a Execução Orçamentária.

Cenário 3: Não considerando valores para P11 e P23 (saneamento).

- Considerando o montante de R\$ 2,175 milhões para viabilizar a agência conforme proposta no PIRH e somente a arrecadação em rios de domínio da União na bacia, Somente nos cenários 0 e 1, seria possível viabilizar a agência (veja quadro a seguir). Entretanto, no cenário 2 seria possível viabilizar a etapa inicial da agência que demanda R\$ 944 mil/ano.

Potencial de Arrecadação e Recursos para a Agência de Bacia				
Área de Atuação	Potencial de Arrecadação			
	Cenário 0	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
<i>Domínio ES</i>	-	-	-	-
<i>Domínio MG</i>	-	-	-	-
<i>Domínio da União</i>	85.624.194	40.863.485	21.977.057	10.164.140
<b>Total</b>	<b>85.624.194</b>	<b>40.863.485</b>	<b>21.977.057</b>	<b>10.164.140</b>
Recursos para a Agência de Bacia				
<b>Limite para a Agência<sup>1</sup></b>	<b>6.421.815</b>	<b>3.064.761</b>	<b>1.648.279</b>	<b>762.310</b>

1 - Conforme Lei 9.433/97, o custeio da agência é limitado a 7,5% da cobrança

- Considerando o montante de R\$ 2,175 milhões para viabilizar a agência conforme proposta no PIRH e a arrecadação em rios de domínio da União e de MG, também haveria possibilidade de viabilizar a agência no cenário 2. Entretanto, no cenário 3 seria possível viabilizar a etapa inicial da agência que demanda R\$ 944 mil/ano.

Área de Atuação	Potencial de Arrecadação			
	Cenário 0	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
<i>Domínio ES</i>	-	-	-	-
<i>Domínio MG</i>	33.333.297	15.849.544	8.498.334	4.045.572
<i>Domínio da União</i>	85.624.194	40.863.485	21.977.057	10.164.140
<b>Total</b>	<b>118.957.491</b>	<b>56.713.029</b>	<b>30.475.390</b>	<b>14.209.711</b>
Recursos para a Agência de Bacia				
<b>Percentual 7,5%</b>	<b>8.921.812</b>	<b>4.253.477</b>	<b>2.285.654</b>	<b>1.065.728</b>

- No caso dos cenários alternativos, outras fontes de recursos deverão ser identificadas para completa implementação dos Programas do PIRH-Doce. Caso contrário, será necessário que os CBH's Doce decidam quais ações deverão ter suas execuções postergadas em função da insuficiência de recursos.

Necessidade de Recursos (cobrança + outras fontes) - Planejamento Quadriannual				
				valores em R\$1,00
Recursos	Cenário 0	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
<b>Cobrança</b>	<b>122.158.719</b>	<b>57.874.452</b>	<b>30.962.224</b>	<b>14.509.811</b>
<b>Outras Fontes</b>	<b>-</b>	<b>64.284.268</b>	<b>91.196.495</b>	<b>107.648.909</b>

Após a apresentação e o esclarecimento de dúvidas, o moderador explicou o próximo passo para o alcance dos objetivos da oficina: discussão em grupos de

trabalho (com a presença, em cada grupo, de representantes dos setores usuários, poder público e sociedade civil) sobre as vantagens e desvantagens de cada um dos cenários, sendo que o grupo 1 aprofundaria as discussões considerando o cenário zero, o grupo dois considerando o cenário 1, o grupo três considerando o cenário 2 e o grupo 4 considerando o cenário 3. Os resultados finais seriam apresentados e discutidos em plenário.

Inicialmente houve oposição por parte de representantes de setores que compõem o segmento dos usuários em relação a este encaminhamento, sendo alegado que a discussão estava tendenciosa. Foi explicado que as discussões em grupo objetivavam dar oportunidade para que os participantes debatessem com maior profundidade os temas apresentados, tendo em vista que em grupos menores há maior oportunidade de participação. Além disso, foi alertado por Joema Alvarenga, representante da diretoria do CBH-Doce, que a afirmação sobre manipulação era muito grave e que no CBH-Doce há muita preocupação para que este fato não ocorra. Foi afirmado que a abertura de espaços, como a própria oficina, elucida esta preocupação e se configura um momento para construir ou desconstruir propostas, como já observado em outras ocasiões no CBH-Doce. Após esses esclarecimentos houve a constituição dos quatro grupos de trabalho (Figura II.3) conforme proposta original.



Figura II.3: Cenas dos trabalhos em grupo

Os resultados das discussões em grupo foram (Figura II.4):

**Grupo 1 – Cenário Zero:** Os Comitês com atuação na Bacia do Rio Doce estariam dispostos a contribuir com 100% da diferença entre os custos do PIRH-Doce e as receitas da Execução Orçamentária mais as dos Fundos de Recursos Hídricos.

**Vantagens:**

- Atender o saneamento e as ações de gestão;
- Curto prazo (4 anos);
- A população perceberá mais concretamente a melhoria da água na bacia;
- Práticas (P21 e P24) contribuirão para o aumento da quantidade de água;
- A elaboração dos estudos subsidiará as tomadas de decisão do comitê; e
- Maior governabilidade da aplicação dos recursos.

**Desvantagens:**

- Simulação feita baseada em dados que não refletem no total de usuários outorgados;
- Não considera os recursos onerosos, os quais se forem considerados tendem a baixar o valor do déficit estimado;
- Esse cenário demandaria uma agência muito maior que a prevista;
- Maior impacto no setor usuário;
- Grande gasto de energia para a negociação; e
- Gera grandes expectativas de resultados com riscos de não alcançar o curto prazo.

Durante a discussão em plenária sobre os resultados das discussões desse Grupo, levantou-se uma nova desvantagem em relação ao cenário zero: utilizou-se para a análise a previsão orçamentária ao invés do orçamento efetivamente executado no período de análise. Além dessa questão, foi dito que o valor arrecadado pela cobrança no cenário em questão seria complementar para se implementar as ações de saneamento acenadas no PIRH-Doce.

**Grupo 2 – Cenário Um:** No que se refere aos chamados Programa 11 e ao Programa 41 (relativos a saneamento) do PIRH-Doce, os Comitês com atuação na Bacia do Rio Doce estariam dispostos a contribuir com somente até 25% dos seus custos<sup>3</sup>;

**Vantagens:**

- Supre custeio da agência;
- Está em sintonia com o conceito do Plano (projetos e contrapartida);
- Impacto para o setor usuário é assimilável; e
- Assegurar 5% para projetos e 20% para contrapartida o que facilita o investimento em saneamento por parte das prefeituras.

---

<sup>3</sup> Adotou-se que seria necessário proporcionar com a cobrança 25% das intervenções previstas para o setor de saneamento, sendo 5% para elaboração dos seus projetos e 20% para contrapartida.

**Desvantagens:**

- O valor de 25% destinados a saneamento ultrapassa muito os valores destinados aos outros programas; e
- Baseado em estimativas.

Na plenária houve depoimentos sobre a questão da assimilação do impacto pelo setor usuário. Foi afirmado que o impacto é mais bem assimilável nesse cenário em relação com o cenário zero e menos assimilável em comparação com os outros cenários (dois e três). Além disso, foi dito que o ator que deve responder com precisão essa afirmação é o próprio setor usuário e, portanto, se configuraria prematura tal afirmação.

Outro aspecto elucidado nas discussões em plenária é de que os valores considerados para se estabelecer a cobrança devem corresponder a valores reais ao invés de estimativas. Esta questão acaba por impactar todos os cenários tratados e não apenas o cenário em questão (cenário 1).

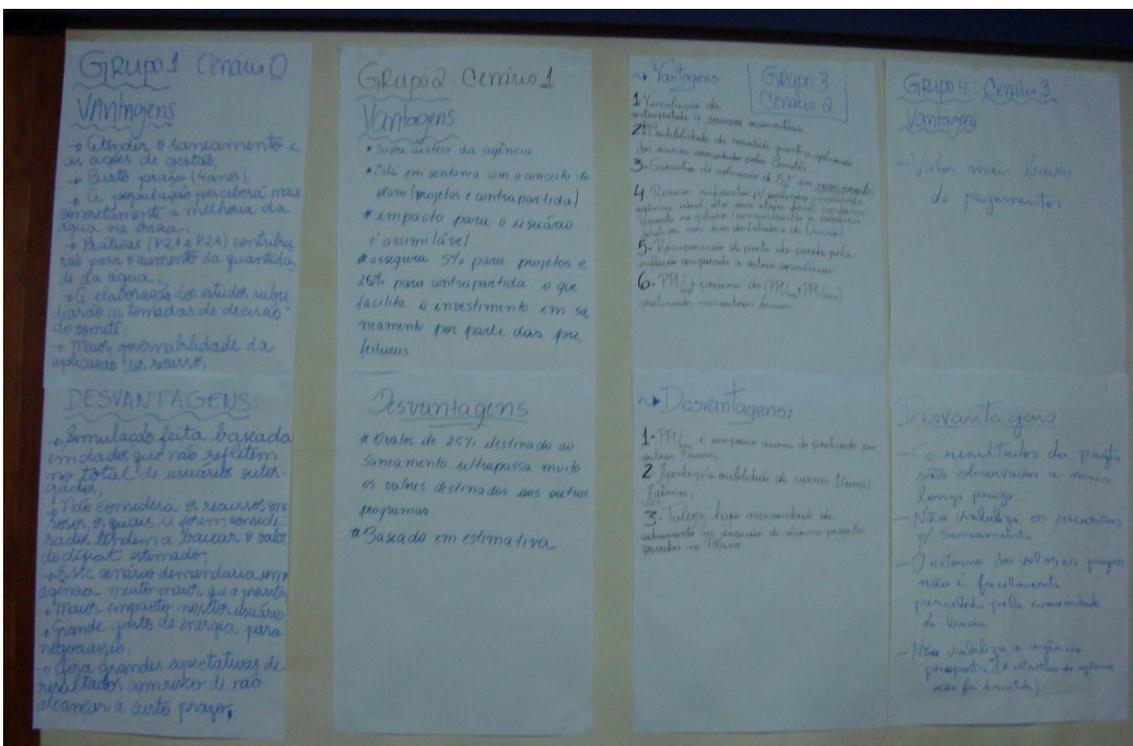


Figura II.4: Resultados das discussões realizadas pelos Grupos

**Grupo 3 – Cenário Dois:** no que se refere ao Programa 11 e Programa 41 (saneamento) do PIRH-Doce, os Comitês com atuação na Bacia do Rio Doce estariam dispostos a contribuir com uma contrapartida de até 25% dos valores obtidos na Execução Orçamentária para estes programas

**Vantagens:**

- Vinculação da contrapartida à execução orçamentária;
- Mais credibilidade da sociedade quanto à aplicação dos recursos arrecadados pelos Comitês;
- Garantia de aplicação de 5% em novos projetos;
- Recursos suficientes para implantar a agência ideal até a sua etapa final conforme previsto no plano (considerando a cobrança relativa aos rios dos Estados e da União);
- Recuperação de parte da perda pela inflação comparada a outras experiências; e
- $PPU_{cap} +$  próximo do  $(PPU_{cap} + PPU_{cons})$  praticados nas outras bacias.

**Desvantagens:**

- $PPU_{lanc}$  é pouco acima do praticado em outras Bacias;
- Aponta para a viabilidade de apenas uma agência; e
- Talvez haja a necessidade de adiamento na execução de alguns projetos previstos no Plano.

Um aspecto ressaltado em relação a este cenário é que foi considerado para os cálculos o orçamento executado ao invés do orçamento previsto.

**Grupo 4 – Cenário Três:** Os Comitês com atuação na Bacia do Rio Doce não estariam dispostos a contribuir para implementação do Programa 11 e do Programa 41 (saneamento) do PIRH-Doce.

**Vantagens:**

- Valor mais baixo de pagamento.

**Desvantagens:**

- Os resultados do pagamento são observados mais a longo prazo;
- Não viabiliza os recursos para saneamento;
- O retorno dos valores pagos não é facilmente percebido pela comunidade da bacia;
- Não viabiliza a agência proposta (\* a estrutura da agência não foi discutida).

Após a apresentação e discussão dos resultados dos trabalhos dos grupos foram encerradas as atividades referentes ao primeiro dia. Vale lembrar que na sequência, conforme previsto na programação, foi realizada a reunião do GTAI.

**Os trabalhos do 2º dia**

No segundo dia, os trabalhos iniciaram, conforme acordado no dia anterior, com um breve relato realizado pela coordenadora do GTAI Joema Alvarenga dos resultados da reunião do Grupo Técnico. Além disso, houve esclarecimento por parte da representante do IGAM, Luíza de Marillac, sobre os recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FHIDRO) em relação à parcela onerosa e não onerosa do Fundo. Foi dito que a parcela “reembolsável” (ou onerosa) do FHIDRO corresponde a investimentos fixos e aquisição de equipamentos em projetos ou empreendimentos de proteção e melhoria dos recursos hídricos. Foi ainda afirmado que grande parte dos recursos do Fundo é “não reembolsável” (ou não oneroso).

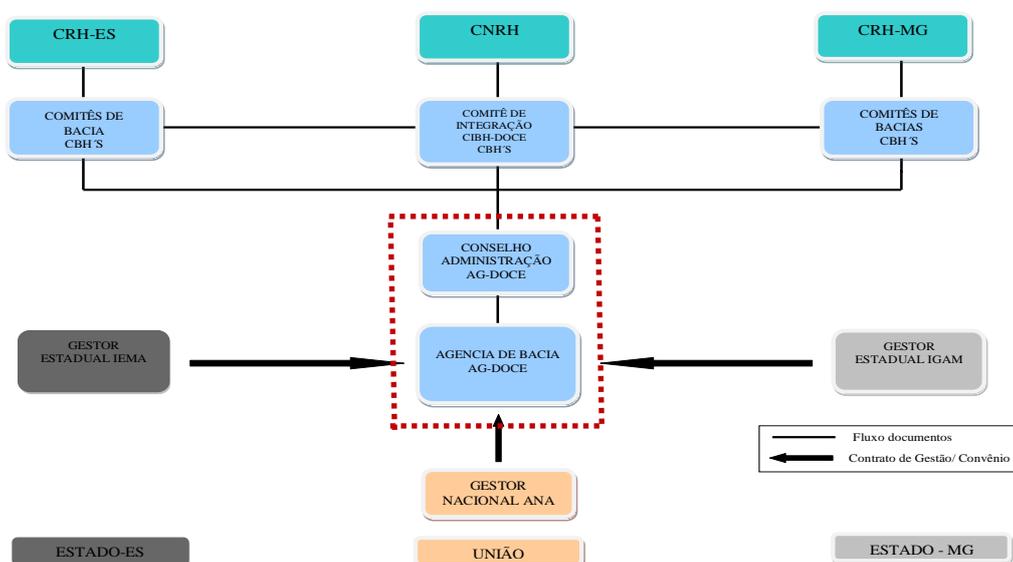
Na sequência, o Gerente de Gestão de Recursos Hídricos da ANA, Nelson Freitas, apresentou sobre a Agência de Água, abordando sobre objetivos, competência e estrutura. Nelson iniciou relatando importantes trabalhos realizados na bacia do Doce, como o processo de elaboração do Pacto para a Gestão Integrada das Águas da Bacia do Rio Doce e a elaboração do Plano da Bacia, que teve como marco a instituição do Grupo de Acompanhamento Técnico (GAT) que, considerando algumas peculiaridades, se assemelha ao GTAI.

Em seguida, foram abordadas, de forma objetiva, as premissas legais atribuídas a Agências de Água, suas atribuições e competências. A partir desta base legal, foram expostas as características financeiras, técnicas, administrativas e gerenciais das Agências, além das várias formas de relação que ela deverá desempenhar com os comitês existentes na bacia e com os órgãos outorgantes (IEMA, IGAM e ANA).

Os principais aspectos do modelo de agência proposto no PIRH-Doce foram devidamente apresentados, bem como os fundamentos que devem reger as agências de bacia, visando legitimidade técnica, econômica e social.

Após esse vasto leque de informação sobre a agência, foi dada ênfase à estrutura estabelecida no PIRH-Doce. Em relação ao arranjo institucional foi afirmado que, de acordo com as ideias do professor José Maria Dias, é necessária uma “estrutura executiva, sem a qual não ocorrerão acontecimento de campo, produção de bens e serviços”. Em suma, na visão do professor, deve-se estabelecer uma estrutura executiva robusta para dar cargo, de forma efetiva, às várias atribuições da agência.

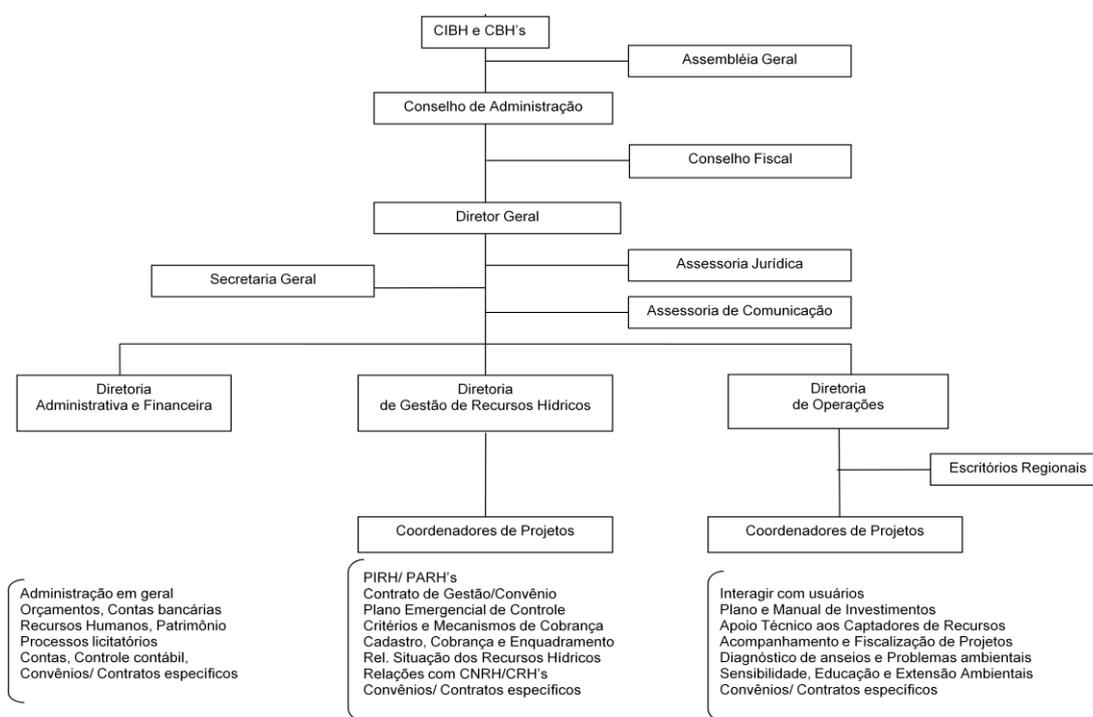
O arranjo institucional proposto no Plano para a bacia do Doce (Figura II.5) foi tema de sugestão durante a apresentação.



**Figura II.5: Arranjo institucional para a Bacia do Doce. No detalhe tracejado, proposta advinda das discussões em plenária.**

Um dos participantes sugeriu que fossem agrupados numa só figura o conselho administrativo e a Agência da Bacia, pois o organograma apresentado passava a ideia de superioridade do Conselho em relação à Agência, algo contraditório pois o conselho de administração é parte integrante da Agência (Figura II.5).

A seguir foi apresentada a estrutura sugerida no PIRH-Doce para a Agência (Figura II.6), e a demanda de recursos humanos, com seus cargos, funções, quantidade, formação necessária, salários e encargos.



**Figura II.6: Estrutura proposta no PIRH-Doce para a Agência do Doce**

Esse conjunto de informações se configurou a base para as discussões em grupo que sucederam. Foram formados três grupos (Figura II.7) compostos por representantes dos segmentos presentes (usuários, poder público e sociedade civil) e cada um deles deveria responder a três indagações: i) Quais as vantagens e desvantagens desta proposta de agência? ii) A estrutura desta agência está adequada? iii) Se não estiver, que alterações devem ser feitas?



**Figura II.7: Cenas das discussões em Grupo sobre a Agência**

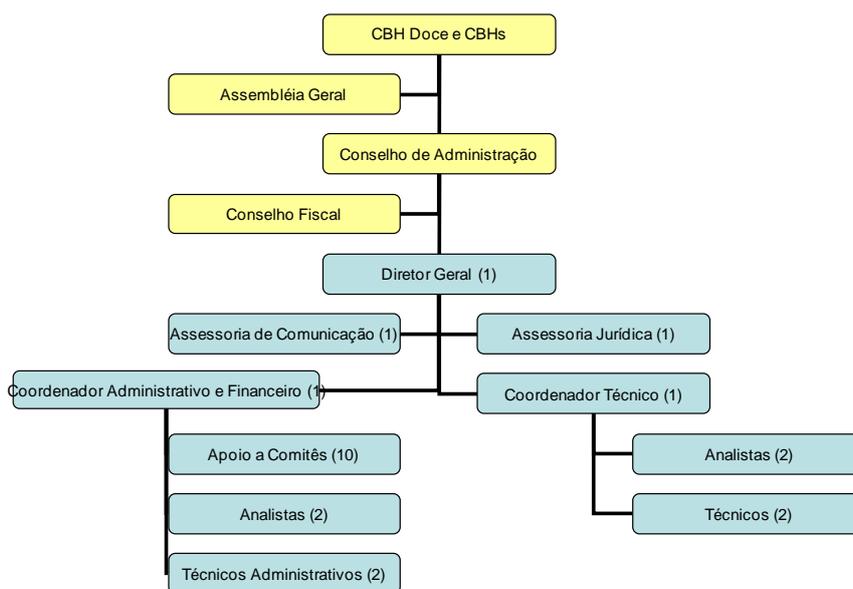
A seguir, descreve-se os resultados e comentários realizados durante as discussões coletivas.

**Grupo 1:**

- Quais as vantagens (V) e desvantagens (D) desta proposta de agência?
  - (V) – Ponto de partida para a discussão de outras estruturas
  - (D) – A estrutura está grande para uma condição inicial; e
  - (D) – Não está previsto na estrutura o apoio administrativo aos comitês (estaduais).

- A estrutura desta agência está adequada?
  - Não
  
- Se não estiver, que alterações devem ser feitas?
  - Fortalecer na agência o papel da secretaria executiva de apoio aos comitês;
  - Começar com uma estrutura mínima e crescer de acordo com a demanda;
  - Substituir o nome de Diretor para Coordenador.

O grupo, inclusive, sugeriu um novo organograma para a Agência, conforme retrata a figura abaixo.



**Figura II.8: Organograma proposto pelo Grupo 1**

Nas discussões foram apresentadas contraposições em relação à proposta, sendo dito que os 10 técnicos referentes ao apoio aos comitês deverão ter novas funções, de acordo com os procedimentos que deverão ser criados na Agência, e não apenas dar continuidade as atividades que realizam nos Comitês. No entanto, foi reforçado que esses técnicos são fundamentais para a operacionalização dos vários afazeres e do dia-a-dia dos comitês e que, portanto, não devem ser requisitados para novas funções.

Um dos participantes relatou que a estrutura está “inchada”, com vários cargos de coordenação e poucos gerenciais e concluiu que isso influenciará a operacionalidade a Agência.

Em contraposição foi afirmado que uma Agência para funcionar perfeitamente e, inclusive, para dar suporte técnico e administrativo aos comitês, deve prezar certa robustez. Isto implica em dimensionar o número de funcionários para que não ocorra ociosidade, mas também para que não tenha sobrecarga de trabalho (ambos os casos levaria a baixa eficiência). Além disso, uma agência robusta facilitará a busca por novos recursos, tão necessários para operacionalizar o PIRH-Doce.

Houve uma indagação se já ocorreram trocas de experiência envolvendo representantes de outras Agências. Em resposta foi dito que na 1ª Oficina realizada houve a participação de membros das Agências do PCJ (que deverá tornar-se Fundação) e do Paraíba do Sul (AGEVAP). Houve ainda um relato dizendo que as pessoas que estão acompanhando o processo hoje detêm de maiores informações para “sabatinar” com mais precisão representantes de outras Agências.

## **Grupo 2**

- Quais as vantagens (V) e desvantagens (D) desta proposta de agência?
  - (V) – Um profissional de comunicação ou jurídico no quadro da Agência tende a ir se especializando nas demandas específicas da Agência
  - (D) – As demandas jurídicas são multidisciplinares e, portanto, um profissional geral pode não atender às demandas. Dessa forma, pode ser mais relevante ter uma empresa contratada com profissionais em diferentes áreas do direito.
  - (D) A área de comunicação tem uma demanda grande em uma bacia extensa e, portanto, um profissional pode não ser suficiente e o mais

adequado. Deve ser mais efetiva a comunicação por meio de uma empresa contratada.

- (D) A estrutura proposta já inicia muito vertical robusta. O ideal é que seja iniciada a Agência com uma estrutura mais enxuta / reduzida, mas que seja incrementada à medida que for tendo necessidade, tanto em termos de diretores quanto em termos de número de coordenadores de projeto.
  
- A estrutura desta agência está adequada?
  - Não
  
- Se não estiver, que alterações devem ser feitas?
  - Reduzir o número de escritórios: 1 em MG (Governador Valadares) e 1 no ES (Colatina). Com isso, corta um coordenador regional.
  - Terceirização ao máximo dos trabalhos de comunicação e jurídico. Se possível esses trabalhos podem ser coordenados apenas por pessoas da Agência, mas executados por empresas contratadas.
  - Alterar as funções da hierarquia proposta, em função das atividades. Os diretores podem virar gerentes e terem funções mais executivas.
  - Inicialmente, reduzir ao máximo o número de coordenadores de projeto. A Agência pode iniciar com um número baixo de coordenadores, uma vez que não há ainda os projetos. Assim que for sendo incrementada a demanda de projetos, vão sendo contratados novos profissionais.

Nas discussões em plenária evidenciou-se que há vários olhares em relação à proposta. Foi afirmado por um participante que após as discussões ele passou a “enxergar” de forma diferente dos encaminhamentos do Grupo, sendo que entendia que a Agência não deveria ser “enxuta”, mas reforçada para o desenvolvimento de suas várias atividades.

Foi ainda lembrado que diferentemente do que ocorre na Agência do PCJ, a secretaria executiva do Comitê será exercida pela Agência da Bacia do Doce, trazendo, portanto, mais funções para tal instituição.

### Grupo 3:

- Quais as vantagens (V) e desvantagens (D) desta proposta de agência?
  - (V) – A Agência já nasce com a estrutura definida no PHIR.
  - (V) – Todas as áreas cobertas relativas à estrutura final já estão contempladas desde o nascimento.
  - (V) – A estrutura inicial proposta facilita o funcionamento inicial e assegura o processo até o final.
  - (V) – Agência montada segundo assessoria profissional.
  - (V) – As três diretorias no início irão viabilizar os trabalhos iniciais e dar maior velocidade à agência.
  
  - (D) – Agência com estrutura completa parece super dimensionada, mas a estrutura inicial é adequada.
  - (D) – Salários propostos incompatíveis com o mercado.
  
- A estrutura desta agência está adequada?
  - Sim
  
- Se não estiver, que alterações devem ser feitas?

O Grupo, mesmo considerando adequada a proposta de agência, apresentou as seguintes sugestões:

  - Reajuste de salários propostos.
  - Manter o corpo diretor proposto.
  - Repensar o corpo técnico.

Durante as discussões foi afirmado que um diferencial para a Agência de Bacia cumprir a contento suas atribuições deverá ser a qualidade de seu quadro técnico-gerencial. A ANA foi apresentada como exemplo “desse modelo de Agência”, dada a qualificação de sua equipe técnica e os resultados alcançados para a implantação da Política de Recursos Hídricos no Brasil desde a sua criação. Foi dito ainda que a seleção de bons quadros, com honorários

compatíveis às responsabilidades das funções, deve ser prezada no estabelecimento da Agência. Além disso, deve-se pensar em estruturas administrativas compatíveis com a complexidade da bacia do Doce e com as atribuições da Agência, sendo relatado que a proposta descrita no PIRH-Doce é apropriada.

Encerradas as discussões partiu-se para os encaminhamentos, conforme descrito no próximo tópico.

### **III - Encaminhamentos**

Após todas as discussões e breve análise dos resultados foram discutidas duas propostas de encaminhamentos. Inicialmente os representantes da ANA disseram que estavam atuando junto a Agência no sentido de transferir a data da próxima oficina, previamente agendada para 14 e 15 de setembro, para os dias 6 e 7 de outubro, em Colatina/ES. Como não dispunham de elementos no momento para ratificar a data, foi proposto que:

- i) Caso se mantenha a data previamente acordada (14 e 15 de setembro em Colatina), a ANA repassaria a nota técnica elaborada para se chegar aos cenários para a Cobrança a todos os participantes da Oficina até o dia 3 de setembro. Desta forma, os participantes teriam um tempo para analisar o conteúdo técnico e trazer propostas para a próxima oficina, onde seriam realizadas novas simulações e discussões para o estabelecimento dos valores para a Cobrança. Nesta oficina também deverá debater sobre o modelo da Agência de Bacia, focando na estrutura e quadro técnico.
- ii) Caso a data para a próxima oficina seja transferida para os dias 06 e 07 de outubro em Colatina, a ANA repassaria a nota técnica elaborada para se chegar aos cenários para a Cobrança a todos os participantes da oficina até o dia 3 de setembro. De posse do material, os segmentos teriam até o dia 17 de setembro para repassar, por escrito,

as sugestões que, por sua vez, devem ser disponibilizadas para conhecimento a todos os participantes. Vale ressaltar que as sugestões em questão referem-se, também, a estrutura da Agência. A ANA irá tratar as sugestões e propor novos cenários e novas estruturas que serão os principais insumos para os debates na próxima oficina. Esses novos documentos deverão ser disponibilizados a todos os participantes, para consultas prévias à oficina, até o dia 1 de outubro. Caso haja necessidade, novas simulações deverão ser realizadas na oficina com o intuito de aumentar o poder de análise para a construção de pactos.

Nas discussões foram sugeridas ainda que a ANA repasse a todos os cenários previstos no PIRH-Doce e as principais alterações/ avanços que foram estabelecidos e que se busque traçar novos cenários considerando algo intermediário entre os cenários 1 e 2, haja vista que os cenários zero e três dificilmente serão vistos como consensos, tendo em vista as discussões estabelecidas.

Após esses encaminhamentos a oficina foi encerrada.

#### **IV – Anexos**

(encaminhado em documento separado)